

DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil),
RG nº _____, órgão emissor _____, CPF nº _____,
residente à Rua/Avenida _____, nº _____,
complemento _____, bairro _____,
cidade _____, estado _____,
tendo sido aprovado no concurso para provimento dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Ceará, DECLARO, para fins de posse no cargo de _____ do Ministério Público do Estado do Ceará, que tenho pleno conhecimento de que é vedado o exercício da advocacia aos servidores efetivos, comissionados, requisitados ou colocados à disposição do Ministério Público dos Estados e da União, nos termos da Resolução nº 27/2008/CNMP, de 10/03/2008, estando ciente dos impedimentos fixados na Lei n. 8.906/94, sob pena de responsabilidade administrativa.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Assinatura

PREENCHER COM LETRA DE FORMA
NÃO É NECESSÁRIO O RECONHECIMENTO DE FIRMA